

X ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ

¹Fábio da Silva Oliveira; ²Marize Luciano Vital

¹fabiosoliveira2010@hotmail.com; ²marizevital@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho faz parte da pesquisa que está sendo desenvolvida desde Fevereiro de 2015, com o Projeto de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, aprovado no Edital nº 10/2014, com o título **Educação do Campo: Política Pública de Territorialidades Conflituosas**. A pesquisa retratará as lutas dos camponeses no estado do Ceará, por uma educação de qualidade em Assentamentos de Reforma Agrária e nesse contexto em meio às disputas e conflitos analisar as Políticas Públicas frutos que começaram a se desenhar no Estado voltadas para o campo. Destacaremos a Legislação que ampara os anseios dos camponeses por uma Educação no e do Campo, e os primeiros resultados da pesquisa obtidos desde a construção das cinco Escolas de Ensino Médio desde 2010, localizadas em assentamentos de reforma agrária do MST.

Palavras chave: Educação do Campo, Políticas Públicas e Ceará.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é um fenômeno educacional brasileiro, ocorrido nas últimas décadas, através da luta dos trabalhadores que vivem e atuam no campo, na busca de uma educação que contemple as vivências em que os sujeitos do campo estão inseridos.

A busca por Educação do campo inicia-se paralelamente a luta por terra no Brasil, esses dois direitos essenciais para o desenvolvimento da vida do ser humano foram negados aos povos que viviam no campo em nosso país. É nessa negação de direitos que nasce a necessidade de reivindicação por terra, e por educação no final da década de 80, no seio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Desde então se intensificaram os esforços pelo acesso a terra e moradia, e a educação como promotora do desenvolvimento camponês, antes e depois da conquista desses dois direitos (terra e moradia). Para os camponeses vinculados ao MST, não bastava somente ter o acesso a terra, sem ter as mínimas condições de se manter nela, e sem o conhecimento necessário para o desenvolvimento da vida no campo, dessa forma o empenho dos camponeses por uma educação que atenda os anseios e demandas da vida no campo.

Mas essas conquistas só foram possíveis através do esforço por Políticas Públicas, que contemple o modo de vida, o trabalho, a cultura e a luta social no campo, não sendo tarefa fácil para os envolvidos na busca desse direito.

Uma das maiores riquezas da experiência histórica da construção de políticas públicas refere-se exatamente à presença dos sujeitos coletivos de direitos. São eles e suas práticas os responsáveis pelas transformações por que tem passado a elaboração das políticas públicas na área. A maior transformação refere-se ao caráter dos direitos por eles propugnados: direitos coletivos de grupos sociais excluídos historicamente da possibilidade de vivenciar os direitos já existentes, ao mesmo tempo em que se enfatiza a necessidade da criação e positivação de novos direitos (MOLINA, 2014, p. 589 e 590).

A construção das escolas públicas de Ensino Médio em Assentamentos de Reforma Agrária no Ceará é a materialização, garantida através do Estado, que desde 2010 garantiu a construção de vinte escolas de Ensino Médio, em vários assentamentos em todo o estado do Ceará. E cinco dessas já estão em funcionamento, à escola Francisco Araújo Barros, no assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema-CE, a Escola Maria Nazaré de Souza (Nazaré Flor) no Assentamento Maceió, em Itapipoca-CE, a Escola João dos Santos de Oliveira (João Sem Terra) no Assentamento 25 de Maio, em Madalena-CE, a Escola Florestan Fernandes, no Assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa-CE, e a escola Padre Jose Augusto Regis Alves, no assentamento Pedra e Cal, em Jaguaratama - CE

Nossa pesquisa tem se desenvolvido na busca do entendimento, de como estão sendo implantadas essas políticas públicas, na perspectiva institucional do Estado, e da perspectiva dos movimentos sociais, analisando a luz da correlação de forças, da garantia do direito dos camponeses e do dever do Estado.

METODOLOGIA

A pesquisa em curso vem sendo trabalhada com abordagens que mais se aproximem do contexto real, para que se tenha o entendimento de como o embate dos movimentos sociais por Educação do Campo vem sendo constituído como um processo histórico e de contradições.

Os escritos e as experiências de autores que trabalham o tema vem nos ajudando a compreender os processos, os conflitos, a disputa, as conquistas e os desafios, que foram e precisam ser trilhados para a efetivação da Educação do Campo, como um direito essencial para os povos do campo. Para o entendimento na luta pelo direito a terra no Brasil, (STÉDILE, 2005), (FERNANDES, 1996), (OLIVEIRA, 2007), (MARTINS, 2010) e (ANDRADE, 2005), contribuem para a elucidação do processo de disputa por terra e na formação dos territórios camponeses.

No que se refere à compreensão das conquistas por educação em Assentamentos de Reforma Agrária, (CALDART, 2008), (MOLINA, 2006), (FERNANDES: ARROYO, 1999), (SANTOS, 2012) e (SOUZA, 2006), vem nos dando suporte para entendermos que modelo de educação é pensado para as escolas do campo implementadas através das Políticas Públicas, principalmente do Programa nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que desde 2010 se tornou uma política de Estado.

Em junho de 2009, por meio da inclusão do artigo nº 33 na lei nº 11.947, o Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a instituir o Pronera. Em 4 de novembro de 2010, o presidente da República editou o decreto nº 7.352, que institui a Política Nacional de Educação do Campo e o Pronera (Brasil, 2010b apud, SANTOS, 2014, p. 631).

Os encontros, as semanas pedagógicas e as visitas realizadas nas Escolas do Campo, nos propiciou conhecer as dinâmicas que envolvem todas as pessoas dos assentamentos, desde os trabalhadores, educadores e educandos, bem como, o papel da escola do campo na consolidação de um projeto de campo pensado pelos camponeses.

Os dados quantitativos serão coletados através de questionários abertos e fechados; da pesquisa documental serão extraídos dados estatísticos, já os aspectos qualitativos terão prioridade e serão desvelados conhecendo a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social em sua realidade a partir de visitas à escola, reuniões com todas as representações envolvidas no processo educacional, além do uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas.

Nesse processo de construção da pesquisa a construção de um quadro de entrevistas ajudará a entender as dinâmicas de implementação da política pública, perfazendo o seguinte roteiro. ENTREVISTA 1 – Setor de Educação do Campo do MST, CE, para compreender o processo histórico de efetivação da política pública de conquista das escolas do campo. ENTREVISTA 2 – Gestores (as) das Escolas de Ensino Médio dos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, para identificarmos os principais avanços e desafios com a materialização das escolas do campo. ENTREVISTA 3 – Comunidade dos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, para entender quais as principais mudanças, que ocorreram com a construção das escolas. ENTREVISTA 4 – Educadores(as) das Escolas de Ensino Médio dos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, na busca de compreender a organicidade, a pedagogia trabalhada, com o currículo diferenciado, estabelecido para as escolas do campo, na construção do novo modelo de educação. ENTREVISTA 5 – SEDUC/CODEA (Fortaleza, Ce), CREDES, para identificar os projetos que serão trabalhados nesse novo modelo de educação no Ceará, feito pelos camponeses. ENTREVISTA 6 - Alunos(as) das Escolas de Ensino Médio dos Assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, com o intuito de identificar quais as principais mudanças na vida escolar desses adolescentes que vivem no campo, e quais as expectativas para o futuro, com esse novo modelo de educação voltado para o desenvolvimento da vida no campo.

Espera-se que, com a construção da pesquisa os resultados contribuam ainda mais com a efetivação de um novo modelo de educação que atenda as demandas dos povos do campo e para além dos assentamentos de reforma agrária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados iniciais da pesquisa já podem ser identificados nesses sete primeiros meses, através das produções que já foram realizadas. O Artigo **“Os Camponeses no Brasil e a luta por uma educação de Qualidade em Assentamentos de Reforma Agrária”**, aprovado no Simpósio Internacional de Geografia SINGA, faz parte dos levantamentos bibliográficos da pesquisa.

As visitas aos assentamentos, através dos encontros e semanas pedagógicas nos proporcionou um material bastante abrangente, sobre o que seja uma Escola do Campo, a Educação do Campo e

as Políticas Públicas educacionais. Diante disso, por meio de nossa compreensão, e nos escritos de MOLINA & SÁ (2012).

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital (MOLINA & SÁ, 2012, p. 324).

Sendo assim, o contexto que está inserido a Educação do Campo, segue na contramão do modelo de educação pensado pelo a classe dominante, para atender os anseios do Capital, se contrapondo ao modelo bancário de educação, que não valoriza as experiências e adquiridas pelo educando no processo histórico, e do contexto que o envolve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de educação pensada e efetivada pelos movimentos sociais camponeses nos mostra uma nova possibilidade de educação, diferente do modelo estabelecido pela classe dominante principalmente no meio urbano e com o estabelecimento da Educação Rural nas áreas rurais. Como forma de alienação dos sujeitos, que por sua vez tem o caráter operacional, proporcionando uma educação condizente como o modelo de produção vigente.

A Educação do Campo surge como forma de contraposição a esse modelo estabelecido, na construção de um novo modelo de campo e de sociedade, no combate das desigualdades sociais, contra a exploração do trabalho, no combate ao agronegócio, e valorizando os saberes e costumes dos povos do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.(Org.) ; CALDART, Roseli Saete (Org.) ; MOLINA, Mônica Castagna (Org.) . **Por uma educação do campo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____.KOLLING, E. J; VARGAS, M. C. **MST e Educação**. In: Roseli Saete Caldart;Isabel Brasil Pereira;Paulo Alentejano;Gaudêncio Frigotto. (Org.). **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. 1ªed.SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: NEAD, 2006.

_____. **Políticas Públicas**. In Roseli Salete Caldart;Isabel Brasil Pereira;Paulo Alentejano;Gaudêncio Frigotto. (Org.). DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. 1ªed.SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

_____. TAFAREL, C. Z. **Política Educacional e Educação do Campo**. In: Roseli Salete Caldart;Isabel Brasil Pereira;Paulo Alentejano;Gaudêncio Frigotto. (Org.). DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. 1ªed.SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007.

SANTOS, C. A. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária -PRONERA**. In: Roseli Salete Caldart;Isabel Brasil Pereira;Paulo Alentejano;Gaudêncio Frigotto. (Org.). DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. 1ªed.SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

STEDILE, J. P (org) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**; Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.—São Paulo : Expressão Popular, 2012.